



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

TERMO DE REFERÊNCIA

Dispensa de licitação com fundamento na Lei nº 14.133, artigo 75, inciso II de 01 de abril de 2021, o objeto deste, será a futura e eventual contratação de empresa especializada para **AQUISIÇÃO DE TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE, SETOR VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPERUNA-RJ.** Melhorando as condições de trabalho, garantindo o melhor atendimento ao público, mantendo a qualidade da água, prevenindo a proliferação de doenças, como a dengue. Também, protegendo a caixa d'água de sujeiras e detritos.

1 DEFINIÇÃO DO OBJETO

1.1 Da natureza do objeto: O presente termo tem por objeto quantificar, especificar e definir algumas condições para abertura de procedimento para contratação de empresa especializada, para **AQUISIÇÃO DE TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE, SETOR VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPERUNA-RJ.**

1.2 Da especificação do objeto: Sendo, para vedação de caixas d'água que porventura estejam descobertas. Considerando que a Vigilância Ambiental em saúde é responsável pela promoção de ações na educação em saúde, prevenção e combate direto e indireto a propagação do vetor das doenças transmitido pelo vírus causador das arboviroses: Dengue, Febre de Chikunguya e Febre pelo vírus Zika. O objeto exposto ajuda a manter a qualidade da água e a prevenir a proliferação de doenças, como a dengue. Ela também protege a caixa d'água de sujeiras e detritos. A compra é essencial, sendo a medida necessária e viável, garantindo a operação adequada e eficiente das atividades do setor público. Ressalta-se que a contratação do objeto presente é a solução que se mostrou mais vantajosa no ETP.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

1.3 Do quantitativo: Os quantitativos foram levantados através da necessidade e carência do objeto, para suprir as demandas da **Vigilância Ambiental em Saúde**. Sendo, a descrição de forma detalhada com quantitativos expostos nas tabelas a seguir:

TELA DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA					
ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO ESTIMÁVEL	VALOR TOTAL ESTIMÁVEL
1	TELA DE PROTEÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 1000 LITROS. TELA 100% POLIÉSTER, COR BRANCA. ACABAMENTO COM COSTURA LINHA 100% POLIÉSTER. TELA COM TRATAMENTO ANTIMOFO E ANTIFUNGOS. NÃO TÓXICO COM CORDÃO DE AMARRAÇÃO.	UND	1.200		
2	TELA DE PROTEÇÃO DE CAIXA D'ÁGUA 500 LITROS. TELA 100% POLIÉSTER, COR BRANCA. ACABAMENTO COM COSTURA LINHA 100% POLIÉSTER. TELA COM TRATAMENTO	UND	300		



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

ANTIMOFO	E				
ANTIFUNGOS.	NÃO				
TÓXICO COM CORDÃO					
DE AMARRAÇÃO.					
VALOR TOTAL:					

A discriminação detalhada do objeto contém descrição exata, dimensões precisas, modelo, conforme legislação vigente. Os itens devem ser novos e sem uso, embaladas individualmente em embalagem plástica transparente, a descrição do item está especificado na tabela acima e todas as informações necessárias estão presentes neste Termo de Referência.

1.4 Do prazo: O prazo de entrega será de forma imediata, sendo a entrega conforme a solicitação do requisitante.

1.5 Do local de entrega do produto: A entrega deverá ser realizada, mediante solicitação do setor responsável, informando ao fiscal do contrato, que fará a requisição por meio de ordem de fornecimento e empenho, nos dias e horários de atendimento, de segunda a sexta-feira, de 9:00 as 15:00, no endereço rua Benedito Nicolau, nº828, bairro São Mateus.

1.6 Da especificação da garantia: A garantia terá início com a emissão da Nota de Empenho, e terá validade pelo período de 6 (seis) meses a partir da data de entrega das **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA**. Durante o período de garantia, a contratada se compromete a assegurar a qualidade e durabilidade das **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA**, realizando, às suas expensas, a substituição total ou parcial de quaisquer materiais que apresentem defeitos de fabricação, desde que não decorram de mau uso.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

O contratante tem o direito de receber um produto livre de defeitos de fabricação. Caso seja identificado algum defeito dentro do período de garantia, o contratante poderá solicitar o reparo ou a substituição das **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA** por um novo. A contratada deverá atender o contratante de forma eficiente e fornecer informações claras sobre o procedimento de garantia.

No caso de substituição dos produtos, o setor terá os mesmos prazos de garantia originalmente concedidos, contados a partir da data da substituição.

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

2.1 O presente termo de referência objetiva a necessidade de **AQUISIÇÃO DE TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE, SETOR VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPERUNA-RJ**. Conforme a fundamentação no art. 6º, inciso XXIII, alínea “b” da LF 14.133/2021.

2.2 Considerando que a compra de **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA** é essencial, sendo a medida necessária e viável, garantindo a operação adequada e eficiente das atividades do setor público. Esse objeto é fundamental para promover ações diretas de vedação em caixas d'água que porventura estejam descobertas, garantindo segurança e qualidade de vida aos munícipes que necessitam.

2.3 Após Estudo Técnico Preliminar (ETP), de forma resumida, verificou-se contratações similares feitas por outros órgãos e entidades da Administração, no intuito de identificar melhores práticas, metodologias e soluções que melhor se adequassem a nossa necessidade. Resultou como a melhor solução identificada, sendo aquisição por meio de dispensa de licitação.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

3.1 Das características essenciais: O objeto refere-se à Contratação de empresa para fornecimento de **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE, SETOR VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPERUNA-RJ**, se originou perante a necessidade e carência do item no ambiente de trabalho, gerando impactos negativos ao setor, criando a imagem de desorganização e desordem perante os usuários.

Sendo assim, os quantitativos se encontram nas tabelas acima, visando atender o setor de **DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE, SETOR VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPERUNA-RJ**. Levando em consideração a necessidade e carência do item no ambiente de trabalho. Melhorando as condições de trabalho, garantindo o melhor atendimento ao público, mantendo a qualidade da água, prevenindo a proliferação de doenças, como a dengue. Também, protegendo a caixa d'água de sujeiras e detritos.

3.2 Da solução: Entretanto, após o estudo comparativo realizado no ETP, foi identificado de forma mais vantajosa a contratação por meio de dispensa de licitação, sendo o procedimento mais célere e menos oneroso. Conforme a fundamentação no art. 6º, inciso XXIII, alínea “c” da LF 14.133/2021.

Após análise não foi identificado no ETP alternativas de forma eficaz para solução no mercado, que não seja a aquisição, por meio de dispensa de licitação. A solução definida para atender a presente demanda é realizar a aquisição **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA**, através de empresa especializada.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Dos requisitos necessários: Trata-se da aquisição **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA VIGILÂNCIA**



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

AMBIENTAL EM SAÚDE, SETOR VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPERUNA-RJ Poderá ser contratado mediante dispensa de licitação, fundamentado através da Lei nº 14.133, artigo 75, inciso II de 01 de abril de 2021.

4.2 Obedecendo os seguintes requisitos, conforme o art. 6ª, inciso XXIII, alínea “d” da LF 14.133/2021:

1º requisito: A contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental (*Lei 12.651 – 2012*), para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

2º requisito: Os objetos ofertados devem ser produzidos pelo fornecedor com consciência ambiental. Sendo assim, as entregas dos produtos serão preferencialmente em embalagens individuais adequadas, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento.

3º requisito: Recomenda-se que a contratação decorrente do presente processo, que a parte contratada possua boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

4º requisito: Não será permitida a subcontratação do objeto.

5º requisito: Os itens serão entregues conforme as solicitações dos requisitantes.

6º requisito: Não há obrigações futuras a serem garantidas pelo fornecedor, exceto as especificadas neste termo.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

4.3 Do prazo de vigência: O prazo de vigência da contratação será de forma imediata, contados da data de assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/21. Tendo a hipótese da impossibilidade de atender a condição estipulada por este órgão, a empresa deverá obrigatoriamente, encaminhar documentação com a justificativa prévia, com todas as informações que constem para a impossibilidade do atendimento da validade conforme solicitado, devendo a Secretaria Municipal, analisar junto aos gestores de contrato a possibilidade ou não do atendimento da proposta. Na possibilidade de a contratada enviar o material sem a devida justificativa, os fiscais e gestores de contrato poderão analisar a possibilidade de aceitar ou não o recebimento do material, sendo que em caso excepcional, onde a mesma admitir a entrega, o fornecedor, quando acionado e notificado, deverá proceder à substituição imediata.

4.4 Das práticas de sustentabilidade econômica e ambiental: Não se vislumbra a ocorrência de possíveis impactos ambientais gerados pela contratação em estudo, contudo, a contratada deverá conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental (*Lei 12.651 – 2012*), para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e a saúde dos trabalhadores e envolvidos na execução do objeto.

Os objetos ofertados devem ser entregues pelo fornecedor com consciência ambiental, preferencialmente, em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a promover um desenvolvimento sustentável que beneficie tanto a economia quanto o meio ambiente.

Almeja-se que a contratação decorrente do presente processo recomenda da parte contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais. A adoção dessas práticas sustentáveis pode resultar em redução de custos, aumento da eficiência e criação de novas oportunidades de negócio.

5 EXECUÇÃO DO OBJETO



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

A aquisição será executada em conformidade com as especificações técnicas contidas neste Termo de Referência, com base no art. 6ª, inciso XXIII, alínea “e” da LF 14.133/2021.

5.1 Do início da execução do objeto: Será de 15 dias úteis, a partir do recebimento da nota de empenho para realizar a entrega do item, conforme a solicitação dos requisitantes. Caso não seja possível cumprir o prazo estabelecido, a empresa deverá comunicar as razões com pelo menos 10 dias de antecedência. Essa comunicação será analisada para possível prorrogação do prazo, exceto em situações de caso fortuito ou força maior.

5.2 Da entrega: A entrega deverá ser realizada, mediante solicitação do setor responsável, informando ao fiscal do contrato, que fará a requisição por meio de ordem de fornecimento e empenho, nos dias e horários de atendimento, de segunda a sexta-feira, de 9:00 h as 15:00h no Almojarifado Central da SMS, na Rua Benedito Nicolau, nº828, bairro São Mateus, Itaperuna. Caso os itens entregues não estejam de acordo com as especificações, total ou parcialmente, eles poderão ser rejeitados.

A empresa terá o prazo de 10 (dez) dias, a partir da notificação, para substituir o objeto às suas custas. Se a verificação da conformidade não for realizada dentro do prazo estabelecido, o recebimento será considerado definitivo após o término desse prazo. O recebimento provisório ou definitivo não exime a empresa de sua responsabilidade civil pela qualidade e segurança do objeto. Qualquer questão relacionada a tamanhos das camisas deverão ser tratadas mediante o envio dos tamanhos e modelos para levantamento, podendo ser realizada uma reunião agendada de forma prévia.

Será responsável pela fiscalização dos serviços representando a **VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE** o servidor: **BRUNA GEOVANINI DE ASSIS DIAS, matrícula 40005-0**, bem como a de gestor de contrato que será exercida pelo **RONALDO BOECHAT DE AMORIM, matrícula 19037-3** que anotará toda e



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

qualquer ocorrência que possa vir a surgir na duração do instrumento contratual e que atestará a entrega e fiscalização dos materiais e somente após assinatura, solicitará o pagamento.

6 GESTÃO DO CONTRATO

Nos termos do artigo 6º, inciso XXIII, alínea “f” da Lei nº 14.133/2021, serão fundamentados os contratos administrativos. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial, conforme a Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput.

6.1 Do início da execução do objeto: Até da emissão da nota de Empenho. Para tratativas referentes aos serviços pode ocorrer uma reunião inicial entre CONTRATANTE e a CONTRATADA a fim de esclarecimento, instruções e encaminhamentos cabíveis. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).

O fiscal do contrato ou pessoa designada anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º).

O fiscal do contrato ou pessoa designada informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º).

O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

(Lei nº 14.133/2021, art. 119).

O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput). A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se, excepcionalmente, o uso de mensagem eletrônica para esse fim. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato. Após a assinatura do contrato ou documento equivalente, a instituição poderá convocar o representante da empresa contratada para tomar as providências imediatas necessárias.

6.2 Das obrigações da Contratada: Garantir que as **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA** sejam confeccionados de acordo com as especificações detalhadas no Termo de Referência, incluindo o material durabilidade durante o uso. Cumprir os prazos de entrega estabelecidos, garantindo que o objeto seja fornecido dentro do prazo acordado. Disponibilizar assistência técnica e suporte adequados, caso haja necessidade de ajustes no objeto ou resolução de problemas após a entrega. Emitir Nota Fiscal detalhada, conforme exigido, para facilitar o processo de aceitação e pagamento dos produtos. Fornecer informações de cuidados e instruções para garantir que os trabalhadores possam cuidar adequadamente das **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA** para prolongar sua vida útil.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

6.3 Das obrigações da Contratante: Fornecer ao contratado todas as informações e especificações necessárias para a correta das **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA**, conforme estabelecido no Termo de Referência. Acompanhar a entrega dos produtos na data e horário estipulados. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do produto com as especificações constantes no termo de referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo. Realizar a inspeção e aceitação do objeto entregue, verificando se estão em conformidade com as especificações contratadas e se atendem aos padrões de qualidade/segurança exigidos. Efetuar os pagamentos devidos de acordo com as condições estabelecidas no contrato, após a entrega e aceitação das **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA**. Manter comunicação constante com o contratado para esclarecer dúvidas, resolver eventuais questões relacionadas ao objeto adquirido. Zelar pelo cumprimento dos prazos estabelecidos, tanto para a entrega das **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA** quanto para os pagamentos devidos.

7 PAGAMENTO

7.1. O pagamento será submetido ao relatório comprovando a entrega do objeto, devendo ser assinado pelo responsável da empresa vencedora, ou por um dos profissionais que executarão as atividades junto às equipes da contratada. O relatório poderá ser rejeitado se estiver em desacordo com o objeto do contrato.

7.2 Deverá ser apresentado a Nota Fiscal, indicando o número da conta corrente, agência e banco, que será atestada pelo servidor expressamente designado. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na nota fiscal, serão devolvidos à contratada para as correções necessárias, não respondendo a contratante por quaisquer encargos resultantes de atraso na liquidação dos pagamentos correspondentes, quando este se der por culpa da contratada.

O pagamento só será realizado mediante atesto e autorização do fiscal do contrato no relatório apresentado pela Contratante.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

8 SELEÇÃO DO FORNECEDOR

8.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação. Objeto comum, sendo aquisição **TELAS DE PROTEÇÃO PARA CAIXA D'ÁGUA, PARA ATENDER AS DEMANDAS DA VIGILÂNCIA AMBIENTAL EM SAÚDE, SETOR VINCULADO A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ITAPERUNA-RJ**. Conforme Lei nº 14.133, artigo 18, § 1º de 01 de abril de 2021 e Decreto nº 7036 de 23 de março de 2023.

8.2 Fundamentado na hipótese do art. 6ª, inciso XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da melhor proposta. As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos neste termo.

9 ESTIMATIVA DO PREÇO

9.1 Conforme o artigo Inciso XXIII, art. 6º, XXIII, alínea “i” da Lei nº 14.133/2021, estimativas do valor da contratação, acompanhadas dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, com os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços e para os respectivos cálculos, que devem constar de documento separado e classificado.

9.2 O valor estimado da contratação foi elaborado seguindo as regras previstas no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021, acompanhado do preço unitário referencial, do documento que lhe dá suporte, do qual foi utilizado para elaboração do orçamento estimativo.

10 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Vigilância Ambiental em Saúde:

Órgão: 20 Prefeitura Municipal de Itaperuna-RJ
Unidade Orçamentária: 20.21 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

Funcional: 10.305.0429 Saúde

Projeto/Atividade : 2.262.000 Vigilância Ambiental

Natureza da Despesa: 3.390.30.00.00.00 MATERIAL DE CONSUMO

Fonte de recursos: 600 Transf. Fundo a Fundo Rec. SUS prov. Gov.

11 OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E TRIBUTÁRIAS

11.1 É de inteira responsabilidade da empresa contratada a efetivação do contrato de trabalho, recolhimento de impostos e demais responsabilidades trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a CONTRATANTE.

11.2 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para maiores de catorze anos.

11.3 A Contratante deverá exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.4 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.5 Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

11.6 Proporcionar todas as condições para que a Contratada possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do documento de contratualização e seus Anexos.



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

11.7 Zelar para que, durante toda a vigência do contrato, sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela Contratada, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

12.1 Atestado de capacidade técnica fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa, onde estejam contemplados serviços pertinentes e compatíveis com o objeto, conforme especificações contidas neste Termo de Referência.

12.2 A Futura contratada deverá apresentar, pelo menos, 1 (um) atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove ter fornecido ou estar fornecendo o objeto com entregas satisfatórias.

12.3 Contratada deverá atender critérios de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista, técnico operacional, previstos nos termos da Contratação.

12.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

12.5 Certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

12.6 Certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;

12.7 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF;

13 SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1 O contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações, conforme a fundamentação nos artigos 155 e 156 da Lei 14.133/2021 expostos:

Art. 155.O licitante ou o contratado será responsabilizado



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

administrativamente pelas seguintes infrações:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do **caput** do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPERUNA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Setor de Compras

direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

Itaperuna, 14 de abril de 2025

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL